

24 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Liminar do STF garante autonomia à Defensoria

Decisão suspende os efeitos da lei estadual que afeta atos financeiros e nomeações na instituição.

Governo irá recorrer

Kelli Kadanus

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu ontem uma liminar que garante a autonomia da Defensoria Pública do Paraná. O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos da Lei Complementar 180/2014 até o julgamento definitivo da ação.

A lei foi enviada à Assembleia Legislativa (Alep) pelo governador em exercício Valdir Rossoni (PSDB) em novembro de 2014. A proposta afetava a autonomia financeira do órgão, a escolha do defensor-geral e até a nomeação de aprovados em concurso.

A Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF no início do ano pedindo a revogação da lei. Segundo a presidente da Associação Paranaense dos Defensores Públicos (Adepar), Thaisa Oliveira, apenas o defensor público

geral poderia propor alterações na lei orgânica do órgão.

“A nossa lei em 2011 teve um diálogo muito grande com a população. Seria muito injusto a gente perder isso em dois dias de votação na Alep”, disse Thaisa. “A decisão [do STF] reconhece a autonomia da Defensoria e o trabalho dos defensores públicos”, disse.

Na semana passada, o STF já havia concedido uma outra liminar que proibia o governo de remanejar R\$ 90 milhões do orçamento da Defensoria para as secretarias de estado.

Repercussão

Em nota, a Defensoria Pública afirmou que a notícia da concessão das duas liminares foi recebida com “serenidade”. Segundo a instituição, as liminares são um “passo natural para o reconhecimento da autonomia do órgão e para o aprimoramento das relações institucionais com os demais Poderes”.

Outrolado

O procurador Sérgio Botto de Lacerda afirmou que o governo recebeu a notícia com surpresa, já que não foi ouvido pelo STF sobre o assunto. “Essa lei em momento algum interfere na autonomia, apenas corrige excessos”, disse.

Segundo Botto, a proposta foi enviada à Alep após ter sido revelado que a remuneração dos defensores havia subido 87% em menos de um ano,

conforme reportagem da *Gazeta do Povo*. De acordo com Botto, o governo vai argumentar com o relator da decisão para tentar revertê-la.

O controlador-geral do estado, Carlos Eduardo de Moura, reforçou a necessidade de controlar os gastos da instituição. “A lei foi enviada para a Alep por causa dos abusos constatados na Defensoria”, disse. “Qual é a justificativa para que um defensor tome posse e dez meses depois já esteja no final da carreira?”

A Controladoria-Geral investiga o caso e já apresentou uma representação no Tribunal de Contas. O pagamento indevido nas remunerações é de cerca de R\$ 100 mil por servidor, segundo Moura. “A preocupação é ter esse dinheiro de volta”, disse. “Ninguém é contra o trabalho da defensoria, somos contra os abusos.”

ENTENDA O CASO

Em novembro de 2014, duas propostas do governo causaram descontentamento dos defensores. A primeira restringia a autonomia da instituição, enquanto a segunda remanejava parte do orçamento da Defensoria para outras áreas. As duas propostas foram aprovadas em dezembro pela Assembleia Legislativa.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

24 JAN 2015

Entenda a queda de braço entre o governo do estado e a Defensoria:

2011 - Paraná regulamenta a Defensoria Pública.

5 de novembro de 2012 - Concurso público aprova cerca de 500 candidatos às vagas de servidores na Defensoria.

Junho de 2013 - Liminar do STJ obriga o Paraná a implantar a Defensoria em todo o estado.

4 de agosto de 2014 - O governador Beto Richa veta artigo da Lei Orçamentária que obrigava o governo a destinar R\$ 180 milhões à Defensoria.

5 de novembro de 2014 - Aprovados no concurso protestam pedindo a nomeação.

6 de novembro de 2014 - A Gazeta publica reportagem mostrando que a remuneração dos defensores subiu 87% em menos de um ano.

12 de novembro de 2014 - Governo propõe limitar a autonomia da Defensoria.

26 de novembro de 2014 - Governo retira R\$ 90 milhões do orçamento da Defensoria.

13 de janeiro de 2015 - Lei que diminui autonomia da Defensoria e remanejamento do orçamento são questionados no STF.

16 de janeiro de 2015 - Liminar do STF proíbe governo de remanejar R\$ 90 milhões da Defensoria.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Mais benefícios para o Judiciário



24 JAN 2015

Nos últimos dias de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), presidido pelo ministro **Dias Toffoli (foto)**, publicou uma resolução que permite que cada um dos sete ministros titulares do Tribunal conte com um juiz auxiliar em seus gabinetes. A existência desses magistrados em si é uma prática comum nos tribunais superiores, a exemplo do que acontece no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Contudo, a resolução 23.418, publicada em 22 de dezembro no Diário de Justiça Eletrônico do TSE, inova ao permitir que os juízes que forem deslocados para a Corte eleitoral em Brasília possam manter o recebimento de auxílio-moradia no local de origem e acumular até 2,5 diárias semanais no local de destino. De forma inédita, ao serem deslocados para Brasília, os juízes podem escolher entre o recebimento de auxílio-moradia ou diárias. No caso da primeira opção, o magistrado teria de abrir mão do benefício no local de origem. Já no segundo caso, é possível acumular ambos.

Inelegível

A Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro recorreu da decisão do Tribunal Regional Eleitoral que condenou o deputado federal e ex-candidato a governador Anthony Garotinho (PR) ao pagamento de multa de R\$ 53 mil por ter distribuído enxovais para grávidas durante a campanha política de 2014. Além da multa, a procuradoria pede que o deputado fique inelegível por oito anos. Procurado, Garotinho ainda não se manifestou sobre o recurso.

Com chapéu alheio

A deputada estadual do Rio Grande do Sul Marisa Formolo (PT) resolveu usar os últimos dias do seu mandato para homenagear a sua família em uma solenidade na Assembleia Legislativa. Na última quarta-feira, ela condecorou o marido, três filhos e cinco irmãos com medalhas da legislatura. O irmão mais velho, Armando Formolo, também recebeu aquela que é considerada a maior honraria do parlamento gaúcho: a Medalha do Mérito Farroupilha. Ao todo, dez medalhas foram distribuídas. Segundo a deputada, o gesto foi um agradecimento pelo apoio que recebeu deles enquanto exercia o seu mandato.

24 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Meurer teria recebido de esquema, diz PF

Indícios do envolvimento do deputado foram encaminhados ao STF. Ele nega as acusações

O juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, encaminhou ao ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), indícios do envolvimento do deputado federal paranaense Nelson Meurer (PP) no esquema de lavagem de dinheiro e desvios na Petrobras.

Os indícios foram descobertos pela Polícia Federal durante a análise do sistema de contabilidade paralela do Posto da Torre, em Brasília, do doleiro Carlos Habib Chater. Réu na Lava Jato, Chater é acusado de utilizar o seu negócio para lavar dinheiro e distribuir propinas a políticos indicados pelo doleiro Alberto Youssef.

Ao analisar a contabilidade, peritos da PF identificaram uma movimentação total de R\$ 159 mil nas contas do posto registradas em nome de "Nelson" e de "Nelson Meurer", entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009. Diante disso, a PF informou o juiz Sérgio Moro, que decidiu encaminhar o laudo ao Supremo Tribunal Federal para que avalie as medidas a serem tomadas.

Meurer foi citado na delação do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa como um dos 28 políticos beneficiários do esquema de propinas e corrupção na Petrobras.

O deputado nega as acusações. "Essa notícia já saiu antes. Não conheço esse posto, não sei quem é o dono, nunca recebi recursos de terceiros a não ser do PP", afirmou. Ele disse, também, desconhecer Chater. "Não conheço esse cidadão, nem sabia [antes da Operação Lava Jato] que existia no mundo esse cara. Ele mesmo disse há um tempo atrás que nunca distribuiu dinheiro para ninguém, em notícia que saiu na Globo."

PP

O PP, sigla de Nelson Meurer, tem papel de protagonista no escândalo, segundo a investigação. A força-tarefa da Lava Jato acredita que os desvios na petrolífera ocorrem há pelo menos 15 anos. Mas foi o ex-deputado José Janene (PP-PR), falecido em 2010, quem organizou a corrupção na estatal, fazendo com que as cúpulas das siglas envolvidas fossem beneficiadas diretamente.

Nas palavras de um investigador, "Janene transformou a corrupção no varejo em esquema de organização partidária". O modelo consistia em concentrar a negociação e o pagamento de propinas num diretor, e não mais em vários agentes dentro da estatal.

Janene foi também o padrinho político do doleiro Alberto Youssef e quem indicou Paulo Roberto Costa à diretoria de Abastecimento da Petrobras, em 2004. Dentre os 28 políticos citados pelo ex-diretor em sua delação, 10 são do PP.

Colaborou Chico Marés

24 JAN 2015

GAZETA DO POVO

INVESTIGAÇÃO

Empresa de Dirceu teria função semelhante às de Youssef, suspeita força-tarefa

¶ A força-tarefa da Lava Jato suspeita que a JD Assessoria e Consultoria, do ex-ministro José Dirceu, condenado no mensalão, cumpria a mesma função das empresas de fachada do doleiro Alberto Youssef, alvo central da investigação. Elas emitiam notas fiscais para as maiores empreiteiras do país por assessorias e outros serviços fictícios.

A JD soltou notas fiscais por serviços que não teriam sido realizados, segundo suspeitam os investigadores. Eles rastream a movimentação financeira de pessoas jurídicas controladas por Youssef. Ao analisarem os lançamentos contábeis das construtoras, alvo da Lava Jato, de 2009 a 2013, os investigadores 'confirmaram a transferência de vultosos recursos' às empresas do doleiro.

A força-tarefa constatou que MO Consultoria, GFD Investimentos e empreiteira Rigidez, todas vinculadas a Youssef, emitiam notas fiscais frias para camuflar a captação e o destino de valores repassados pelas empreiteiras. Políticos e caixa 2 de partidos teriam sido os beneficiários das operações protagonizadas pelo doleiro e pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Foi nessa etapa da apuração que a Receita Federal

identificou que também a empresa do ex-ministro "recebeu vultosos recursos" da Galvão Engenharia, da Construtora OAS e da UTC Engenharia, três das empreiteiras sob suspeita de formarem cartel na estatal.

Outro lado

Os advogados de Dirceu deverão entregar na próxima semana uma relação de notas fiscais, contratos e outros documentos com o objetivo de tentar comprovar que ele de fato prestou serviços a três empreiteiras investigadas. Segundo os advogados, Dirceu incluirá passagens aéreas e comprovantes de hospedagem em hotéis para provar que viajou a serviço das empresas e que as consultorias prestadas não eram fictícias.

24 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Youssef dirá que foi usado por esquema de poder

Doleiro irá alegar que o fato de os corruptos serem indicados por partidos é prova de que ele não era o articulador de desvios de verbas

Kelli Kadanus

O advogado do doleiro Alberto Youssef, Antônio Figueiredo Basto, afirmou ontem que o dinheiro desviado da Petrobras na Operação Lava Jato influenciou o processo eleitoral tanto no Legislativo quanto no Executivo. A defesa do doleiro vai apresentar na semana que vem as alegações em relação às denúncias contra Youssef e os executivos presos na sétima fase da Operação Lava Jato, em novembro do ano passado.

De acordo com Basto, a defesa vai mostrar em suas alegações que Youssef não era o líder da organização criminosa desmantelada na operação. "O sistema funcionou para sustentar uma base de poder político em vigor", disse.

O advogado vai tentar provar que o doleiro não é o articulador do esquema e que, apesar de ter consciência dos crimes que praticava, foi usado por agentes políticos. "A participação dele é de menor importância. O esquema era destinado a servir o esquema de poder em vigor", afirmou. "Vamos demonstrar que o prejuí-

zo maior é a própria democracia", sugere o advogado.

Segundo Basto, o fato de os corruptos serem indicados por partidos políticos é uma das provas de que Youssef não era o articulador do esquema.

Em depoimento à Justiça Federal de Curitiba em 2014, Youssef afirmou que a propina cobrada para fechamento de contratos com a Petrobras era distribuída a três partidos: PT, PMDB e PP. O doleiro e o ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa afirmaram que uma propina de 3% sobre o valor total dos contratos era cobrada e dividida entre os partidos.

Costa e Youssef firmaram acordo de delação premiada com a Justiça e colaboraram com as investigações. Eles revelaram o esquema de corrupção que se instalou dentro da maior estatal do país e entregaram uma lista de políticos com foro privilegiado. O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal, que tem competência para julgar ações criminais envolvendo parlamentares.

Processos

Youssef responde a 11 ações penais referentes à Lava Jato. Em uma delas, ele foi absolvido pelo juiz federal Sérgio Moro por falta de provas de envolvimento com o esquema de tráfico de drogas que estava sendo investigado. Entre as demais ações a que o réu responde estão a da Petrobras; da lavagem de dinheiro do mensalão; a que aponta irregularidades

em contrato firmado entre o Labogen e o Ministério da Saúde; e ações contra os empreiteiros presos em novembro acusados de montar um cartel para obtenção de obras com a Petrobras.

Youssef está preso na carceragem da Polícia Federal em Curitiba desde março do ano passado.

AÇÃO SUSPENSA

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Lava Jato, determinou ontem a suspensão, por 60 dias, da ação penal envolvendo parentes do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, segundo informações da Agência Brasil. Costa firmou acordo de delação premiada com a Justiça.

24 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Juíza admite vazamento, mas nega anulação do Enem

¶ A Justiça Federal do Piauí negou ontem o pedido do Ministério Público Federal para anular a prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014. A ação civil pública foi ajuizada pelo procurador da República no Piauí Kelston Pinheiro Lages, com a justificativa de que o inquérito da Polícia Federal constatou o vazamento da prova, mas não conseguiu apontar o número de candidatos beneficiados com a fraude.

Na decisão, a juíza Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes, da 5.ª Vara Federal do Piauí, minimiza o impacto do caso sobre o Enem.

“Tratou-se, sim, de um vazamento desorganizado, fortuito, pontual e aleatório. Assim, pela sua dimensão e características, não teve o condão de comprometer o princípio mais caro ao Enem, que é a isonomia entre os candidatos”, ressaltou.

No ano passado, um estudante piauiense denunciou o vazamento à Polícia Federal. Ele disse que recebeu uma mensagem via WhatsApp com o tema da redação uma hora antes do teste. Mais três candidatos, do Ceará e da Paraíba, confirmaram o recebimento do tema antes da prova.

O procurador Kelston Lages informou que vai recorrer da decisão da juíza ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

“Tratou-se de um vazamento desorganizado (...) não teve o condão de comprometer o princípio mais caro ao Enem, que é a isonomia entre os candidatos.”

Marina Barros Mendes, juíza da 5ª Vara Federal do Piauí.

Alição de Valério

Se Marcos Valério tivesse feito a delação, a história do mensalão poderia ser outra. Haveria, talvez, mais envolvidos. Mas ele perdeu o “timing”, não se beneficiou e isso serviu de exemplo para os que hoje preferem falar no caso da Lava Jato.

Vamos começar guardando as proporções de praxe. Inclusive porque as atuais, do esquema de corrupção montado na Petrobras, se mostram muito mais profundas e graves se comparadas ao sistema de alimentação financeira de partidos aliados ao governo do PT mediante desvio de recursos públicos.

Mas há fatos, nomes e atos surgindo no cenário que tornam inevitável a sensação de que estamos próximos de assistir a uma reprise ampliada do que foi o escândalo do mensalão.

Sentimento, aliás, compartilhado por ex-ministro do Supremo Tribunal Federal que participou daquele julgamento e, se na época já desconfiava que o caso seria um marco no procedimento da Justiça em relação a figuras de destaque na vida pública, hoje está absolutamente convicto disso. “Sem o mensalão não haveria petrolão”, diz.

Em miúdos: o desfecho do julgamento, as condenações foram essenciais para que se rompesse a cultura de que gente importante fica sempre impune e que, portanto, o pacto de silêncio entre corruptos e corruptores é a melhor saída. O STF mostrou que as coisas podem ser diferentes. Foi um paradigma e não apenas um ponto fora da curva. É o que ficou demonstrado com a decisão do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa de fazer acordo de delação premiada, seguido do doleiro Alberto Youssef, de outros participantes do esquema e mais recentemente exposto na linha de defesa do empresário Gerson de Mello Almada, da empreiteira Engevix, cuja tese é endossada pelo advogado de Youssef.

E qual é o argumento? Que os contratos superfaturados da Petrobras foram usados pelo governo federal para sustentar campanhas

eleitorais e comprar apoio de parlamentares no Congresso. Acusação fortíssima, mas que precisa ser provada, evidentemente.

O inédito é que uma afirmação dessa gravidade seja feita. Até antes da ocorrência do mensalão, o silêncio era a lei. O prudente calava. Marcos Valério, operador do esquema, calou. Foi condenado a 40 anos de prisão, a maior pena de todos. Ele e a ex-banqueira Kátia Rabelo continuam presos enquanto todos os políticos condenados estão em casa. Restam em regime semiaberto apenas os ex-deputados João Paulo Cunha e Roberto Jefferson.

Conta o ex-ministro do Supremo que, durante o julgamento, em conversas reservadas os integrantes do tribunal estranhavam o fato de Valério não ter escolhido fazer delação premiada. Concluíram que ele confiava na “palavra de alguém” de que não haveria rigor no desfecho do processo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 JAN 2015

Quando o publicitário deu-se conta do engano, por volta do mês de setembro de 2012, quis fazer um acordo, mas era tarde. O colegiado chegou a discutir a questão. Naquela altura, porém, o processo estava estruturado e as penas definidas. Na dúvida se Marcos Valério teria mesmo algo a acrescentar ou se pretendia apenas tumultuar o processo, o STF decidiu recusar. Se quisesse prestar depoimento que o fizesse ao Ministério Público em outro procedimento.

Se o publicitário tivesse feito a delação ou se dispusesse a colaborar na hora certa, a história poderia ser outra. Haveria, talvez, mais envolvidos a serem investigados, conforme ele chegou a prometer. Valério provavelmente não teria a pena mais grave de todas, mas perdeu o “timing”, não se beneficiou e isso serviu de exemplo para os que hoje, precavidos, preferem falar enquanto é tempo.

O que não significa necessariamente que estejam falando a verdade. Há, no entanto, uma mudança de comportamento: antes protegiam os políticos acreditando que teriam deles proteção. Agora jogam os políticos no fogo, procurando se colocar como as peças mais frágeis de uma engrenagem movida pelo poder central.

A conferir se a Justiça acreditará na existência de querubins nesse mundo de negócios escusos.

25 JAN 2015

GAZETA DO POVO

DELAÇÃO PREMIADA

Youssef pode ganhar R\$ 10 mi se ajudar a recuperar R\$ 500 mi

O acordo de delação premiada aceito pelo doleiro Alberto Youssef prevê uma "cláusula de performance". Ou seja, se ele for extremamente eficiente na recuperação de recursos desviados de contratos da Petrobras, pode acumular milhões como recompensa pela ajuda dada ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. Para ganhar R\$ 10 milhões, por exemplo, ele teria que ajudar a recuperar R\$ 500 milhões desviados. A taxa de sucesso prevista no acordo de delação premiada do doleiro é de 2% sobre os valores recuperados. "É com essa estimativa que nós trabalhamos", afirma o advogado Antonio Figueiredo Basto, que defende Youssef e costurou o acordo com os procuradores da Operação Lava Jato.

Justiça suspende leilão de 5 blocos de gás na Bacia do Paraná

A Justiça Federal de São Paulo determinou semana passada, em decisão liminar, a suspensão do leilão de cinco blocos exploratórios na Bacia do Paraná com potencial para extração de gás de xisto, arrematados na 12.ª rodada de licitações da ANP. O Ministério Público Federal (MPF), autor da ação, alegou que a licitação realizada pela ANP para exploração de gás de xisto trouxe risco sério de dano ambiental. A 12.ª rodada da ANP, que aconteceu no fim de 2013, licitou áreas com potencial para produção de gás natural convencional e não convencional, conhecido em alguns lugares como gás de xisto.

Dos cinco blocos, dois foram 100% arrematados pela Petrobras e os outros três por um consórcio formado pelas brasileiras Petra e Bayar, cada uma com 50%. No total, a União arrecadou mais de R\$ 10 milhões por esses blocos.

NOTA POLITICA

Quatro aninhos

Nesta semana completam-se quatro anos da ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra a aposentadoria dos governadores paranaenses. O caso foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 28 de janeiro de 2011. Desde lá, a única decisão partiu da ex-ministra Ellen Gracie, que negou a liminar solicitada pela OAB. A sucessora da relatora, já aposentada, é a ministra Rosa Weber. Há ações de vários outros estados na mesma situação, aguardando que o STF decida finalmente colocar o caso em julgamento.

26 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Greve deve começar com 100% dos ônibus parados

Sindicato dos trabalhadores diz não ter sido notificado, até ontem, da decisão do TRT de manter uma frota mínima durante a paralisação

Rodrigo Batista e Diego Antonelli

A greve no transporte público em Curitiba e região metropolitana começa hoje com grande possibilidade de todos os ônibus deixarem de circular. É que o sindicato dos motoristas e cobradores, Sindimoc, até o fechamento desta edição, não tinha sido notificado oficialmente sobre a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região (TRT-9.ª) que determina a operação de uma frota mínima hoje — de 70% em horários de pico (das 5 às 9 horas e das 17 às 20 horas) e de 50% nos demais horários.

O sindicato das empresas do setor, o Setransp, por sua vez, garantiu que foi notificado da decisão judicial que deixará os veículos disponíveis nas garagens.

A decisão do TRT-9.ª também engloba a presença de cobradores nos ônibus e nas estações-tubo.

A liminar da Justiça do Trabalho foi concedida na

noite de sábado em resposta parcial a um pedido de liminar apresentado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Em caso de descumprimento, tanto Sindimoc quanto Setransp estão sujeitos a pagamento de multa diária de R\$ 50 mil.

O TRT-9.ª determinou também que a Urbanização de Curitiba S.A. (URBS) fiscalize o cumprimento da ordem, comunicando nos autos da ação qualquer eventual descumprimento.

Na mesma decisão, foi marcada uma audiência de conciliação entre as partes — trabalhadores e empresas — na sede do TRT-9.ª (Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528), a partir das 17 horas de hoje.

Segundo o Tribunal, devem comparecer membros do Sindimoc, Setransp, Ministério Público do Trabalho (MPT), prefeitura de Curitiba e Urbs, governo estadual e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec).

Retrasamento

A greve no transporte coletivo em Curitiba foi decidida pelo Sindimoc na sexta-feira, 23 de janeiro, após a constatação do não recebimento do adiantamento salarial de 40%, o vale de motoristas e cobradores referente ao mês de janeiro.

Segundo o Sindimoc, 80%

das empresas não realizaram o pagamento.

E o impasse não tem prazo para acabar. O Sindimoc pretende antecipar as discussões em torno do aumento salarial dos motoristas e cobradores, categoria cuja data-base começa em 1.º de fevereiro próximo. Eles pedem cerca de 19% de reajuste. Nas negociações anteriores, o percentual médio obtido foi de 10%.

CONTINUA

26 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Carros particulares poderão se cadastrar para transportar passageiros

O presidente da Urbs, Roberto Gregório, disse que a prefeitura fez "o que está dentro das possibilidades" frente à greve que se anuncia. Uma frota de 200 veículos do município vai circular pela cidade para fazer o transporte da população, sem cobrança de tarifa. O transporte ocorrerá, nesse caso, a partir de pontos e em regiões que as equipes da Urbs consideram como os de maior movimento. O atendimento será maior em terminais de ônibus. "Além disso, a partir das 6 horas começamos o credenciamento dos veículos particulares. Até táxis poderão operar dessa forma. O valor será uma taxa única de R\$ 6 reais", explicou. Os motoristas interessados em fazer o transporte alternativo terão de ir à sede da Urbs, na Rodoviária de Curitiba, para fazer um cadastro. No local, será definido o trajeto de cada veículo.

Negociações

Gregório ressaltou que durante o fim de semana nenhum acordo foi costurado entre prefeitura e governo estadual para acabar com a dívida de R\$ 16,5 milhões que a Urbs tem com as empresas e que se deve também à falta de repasses da Comec para a manutenção da Rede Integrada de Transporte com a região metropolitana, a RIT.

Desde outubro a Comec não estaria honrando integralmente com seus compromissos. Gregório lembrou ainda que, no início de janeiro, a prefeitura arcou com um aporte emergencial de R\$ 3,8 milhões no Fundo de Urbanização de Curitiba (FUC), repassado para as empresas para que elas garantissem o pagamento dos salários de motoristas e cobradores. Esse aporte evitou uma greve já no início de 2015.

Ontem, a assessoria de imprensa do Palácio Iguazu limitou-se a dizer que a dívida do governo estadual com a Urbs está em negociação. **(RBeDA)**

26 JAN 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Calorão

Até 20 de março, não será obrigatório usar paletó e gravata nas dependências do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1). Uma liminar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permitiu a "ousadia" por causa das altas temperaturas no Rio e para aliviar o uso de ar-condicionado. É de se pensar o que diria sobre isso o desembargador paulista que, em outubro, defendeu o auxílio-moradia dizendo que juiz precisa do bônus porque "tem que comprar terno".

ANDRÉ GONÇALVES

Fenômeno Francischini

Francischini joga com o conceito de que o problema no Paraná não é a violência em si, mas a percepção que a sociedade tem dela. Trata-se de uma guerra travada mais na cabeça das pessoas do que no corpo a corpo do combate à criminalidade. Vence quem tiver capacidade de se comunicar melhor.

Após 40 dias no comando da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, Fernando Francischini conseguiu o que queria: está na boca do povo. Vestiu-se de salva-vidas, foi a programa de televisão com pistola e distintivo de delegado na cintura, deu uma coletiva a cada cinco dias e orientou os policiais a praticar o que chama de “lei e ordem”. O objetivo é tornar a polícia visível, com ares de instituição implacável.

Francischini joga com o conceito de que o problema no Paraná não é a violência em si, mas a percepção que a sociedade tem dela. Trata-se de uma guerra travada mais na cabeça das pessoas do que no corpo a corpo do combate à criminalidade. Vence quem tiver capacidade de se comunicar melhor.

Não é à toa que Francischini tenta personificar o xerifão. Ele sabe que é isso que grande parte da população quer. A reação humana de autodefesa gera uma incapacidade de reflexão sobre a abordagem que se deve dar à segurança pública. Aí o argumento do “e se fosse com o seu filho?” conduz qualquer discussão à simplificação do “bandido bom é bandido morto”.

Sentir-se seguro, no entanto, é bem diferente de estar seguro. Enquanto o curitibano que passou as férias em Miami virar o rosto para a Vila Torres na volta para casa, ele não vai estar em paz. Esqueça a ideia de que o condomínio com cercas elétricas vai lhe blindar de assaltos e sequestros — uma hora você vai ter de sair do castelo.

Apostar todas as fichas na história de que só a polícia na rua vai diminuir a violência real é enxugar gelo. Estudo feito por Marcelo Ottoni, ex-coordenador de pesquisas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e pesquisador da Universidade Federal de Viçosa (MG), apontou que a ineficiência da polícia é apenas um entre dezenas de fatores que influenciam na criminalidade. A avaliação dele é que o policial deve ser o último agente de uma corrente que começa pela família, escola e sociedade — e só deve entrar em ação caso essas três engrenagens falhem.

Recentemente, a iniciativa mais interessante nessa área surgiu na gestão Eduardo Campos, em Pernambuco. O Pacto pela Vida se baseia no que estudiosos chamam de “abordagem multissetorial” — 12 secretarias estaduais, o Ministério Público, o Poder Judiciário e as prefeituras municipais atuam juntos.

CONTINUA

26 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O segredo é articular estratégias de prevenção, controle, punição legal e ressocialização. De abril de 2007 a fevereiro de 2014, o índice de crimes violentos letais e intencionais a cada 100 mil habitantes caiu 40% em Pernambuco. A questão, como diria Capitão Nascimento, é que negociar com toda essa gente, criar um sistema de gestão eficiente e sem politicagem, dá muito trabalho.

Por isso, o caminho mais curto é partir para o “choque” ao invés do “pacto”. Dar ao povo o recado que ele quer ouvir. Francischini não é o único mestre nessa área.

Na Câmara dos Deputados, houve um crescimento de 30% na chamada “bancada da segurança” (ou “da bala”) nas eleições de 2014. Foram 23 policiais/agentes de segurança eleitos, que se reúnem em um grupo conhecido por defender a redução da maioria penal, a facilitação do porte de arma, o fim das penas alternativas, assim como alterações nos estatutos do Desarmamento e da Criança e do Adolescente. Antes de mais nada, frise-se: são todos representantes legítimos.

No Congresso, eles fazem um barulho danado. É direito deles se expressar. O que não é direito é achar que, em nome da “lei e ordem”, podem quebrar garantias individuais

Um Estado policial não é ruim só por ser ineficiente. É ruim porque, passada a anestesia inicial, tem a capacidade de lhe deixar menos livre. E o pior: com ainda mais medo.

GAZETA DO POVO

FRIEDMANN WENDPAP

Paraíso infernal

26 JAN 2015

A liberdade de expressar opinião, dissentir, fazer troça não incomoda apenas os fanáticos religiosos. Qualquer obcecado sente desconforto com o questionamento. Ora, se a crença leva a se entregar de corpo e alma, a irrelevância ou oposição de outrem ao objeto do fervor fazem periclitar as certezas. A convicção irracional não basta por si, é preciso que todos a tenham na mesma direção e intensidade para que o adepto se sinta confortável e não mais um otário entre muitos que pululam na história humana.

A postura defensiva das próprias convicções gera processo de contínuo reforço argumentativo que leva à radicalização, ao fundamentalismo, às certezas absolutas que vedam indagações, interpretações, sínteses. As caricaturas são perigosas para os radicais porque prescindem de extensa argumentação; bastam alguns traços exagerados para tirar o chão do edifício conceitual. Exemplo forte é o bigode de Hitler. Feio, deixa o rosto bolachudo, parecendo alegoria de palhaço triste. O ridículo facial revelava o interior do tirano que os alemães, cegos como serpente de flautista, não viam. Os satíricos, por essa janela, espreitaram a alma demoníaca e a expuseram, a exemplo do que fez Chaplin.

Pois bem, o prólogo se destina a afirmar que existem inimigos da livre expressão do pensamento. São ousados, resolutos, sedutores, violentos. Os amigos são pessoas que não se acham portadoras de grandes verdades ou revelações divinas. A rigor, gente meio insossa, insípida e inodora, cuja causa — a liberdade — parece tão óbvia que não lutam ardorosamente por ela.

Sei que o leitor deve estar relacionando essas linhas ao massacre dos redatores do *Charlie Hebdo*, enésimo atentado de fundamentalistas islâmicos, merecedores de espaço nas páginas policiais, não nas de política e economia. Na verdade, as reflexões são semelhantes, mas quero versar sobre os prisioneiros políticos em Cuba. O adjetivo “político” ao substantivo “prisioneiro” significa que a pessoa está penando numa jaula porque a sua opinião política não se alinha com a de quem está no poder. O “crime” foi expressar pensamento.

O delito imputado a essas pessoas era tão lesa-majestade que bastou o reatamento das relações com os Estados Unidos para gesto de boa vontade que libertou 53 pessoas. Cubanos presos por vontade caprichosa do chefe do Estado que, isento das amarras do devido processo legal, pode fechar e abrir a porta da gaiola a seu bel-prazer. O monarca se sentiu ofendido e mandou prender. Depois, para americano ver, alforriou.

Para clarear o arbítrio desses encarceramentos, basta imaginar se Obama tivesse pedido a soltura de corruptos condenados por homicídio. Seriam soltos? A rigor, os libertados nunca deveriam ter sido presos. Diga-se, são parcela da quantidade de criminosos de opinião em Cuba, vítimas de regime que prometeu paraíso artificial e entregou o inferno da opressão.

Se houvesse Judiciário independente — uma das condições para a existência de democracia —, não haveria presos políticos em Cuba, porque a dignidade pessoal não seria ultrajada pela vontade ilimitada do ditador.

26 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Governadores reajustam seus salários em até 100%

CURITIBA E SÃO PAULO

Da Redação, com Estadão Conteúdo

Apesar de terem começado seus mandatos prometendo austeridade e anunciando cortes de cargos, de secretarias e de despesas para ajustar as contas em 2015, 13 dos 27 governadores brasileiros terão reajuste nos próprios salários e nos dos seus secretários a partir deste mês. O primeiro escalão do Paraná é um dos que terá aumento.

Os reajustes foram aprovados pelas Assembleias Legislativas às vésperas do recesso parlamentar. Ou passarão a valer automaticamente porque leis estaduais garantiram que, quando houvesse reajustes do alto escalão e Brasília (aprovado em dezembro), haveria aumento nos estados. Esse é o caso do Paraná.

O governador Beto Richa (PSDB) teve seu salário automaticamente aumentado de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,8 mil. Os secretários estaduais paranaenses passaram a ganhar R\$ 23,6 mil cada um. Assim como em vários outros estados, o governador também vem ado-

tando medidas de austeridade que incluem o aumento de impostos pagos pela população.

Do menor ao maior

Os valores do reajuste nos estados variaram bastante. Foram de 4,7% (caso do tucano Geraldo Alckmin em São Paulo) a até quase 100%, no Rio Grande do Norte, o maior reajuste. No estado nordestino, o salário do governador Robinson Faria (PSD) passou de R\$ 11 mil para R\$ 21,9 mil. O vice-governador, Fábio Dantas (PCdoB) teve o salário reajustado de R\$ 9 mil para 17,5 mil. Os secretários passaram a receber R\$ 14 mil por mês (anteriormente, o salário era de R\$ 8 mil).

No começo do ano, Robinson Faria tomou posse prometendo reduzir o custo da máquina pública e reverter os contratos vigentes. Ele não justificou seu aumento e o de sua equipe.

Os vencimentos de Alckmin, por sua vez, tiveram um reajuste bem mais modesto: foram de R\$ 20,6 mil mensais para R\$ 21,6 mil. Apesar disso, o aumento também contrasta com o pacote de austeridade anunciado no começo do ano, quando ele prometeu cortar 15% dos cargos comissionados, 10% do custeio e contingenciar 10% do orçamento.

No RS e PA, reajustes são suspensos após repercussão negativa

Entre os governadores que sancionaram reajustes dos próprios salários, apenas o do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), afirmou que não tomaria medidas para enxugar a máquina pública depois de tomar posse. O contracheque do governador gaúcho saltou de R\$ 17,3 mil para R\$ 25,3 mil, um aumento de 45,9%. Porém, diante da repercussão negativa, ele anunciou que iria abrir mão do reajuste, em uma decisão de "caráter pessoal". O Rio Grande do Sul vive uma crise financeira, que levou o governador a suspender por seis meses o pagamento de fornecedores do estado. O governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB), também havia autorizado o aumento do próprio salário. Mas recuou e decidiu congelá-lo diante da repercussão negativa. O anúncio do recuo foi feito pelo Facebook.

26 JAN 2015

GAZETA DO POVO

MPF nega que haja "recompensa" de R\$ 10 mi a Youssef

Os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) que investigam a Lava Jato negaram, ontem, que o doleiro Alberto Youssef poderá receber até R\$ 10 milhões caso ajude a recuperar dinheiro desviado. Em nota enviada à imprensa, o MPF afirmou que "não existe qualquer cláusula de pagamento pela União de recompensa para o acusado". Pelo acordo, o doleiro perderá bens adquiridos após 2003, avaliados em R\$ 50 milhões. Segundo o MPF, Youssef poderá apenas abater o valor da multa que terá que pagar em até 2% dos valores que vier a ajudar na localização, no limite do preço de um de seus imóveis. O montante será distribuído para as filhas do doleiro. O MPF explica que não se trata de recompensa, mas de "determinação futura do valor da multa".

COLUNA DO LEITOR

PEC da bengala?

O que não pode acontecer é o acúmulo de rendimento dos magistrados. Se quer ficar recebendo salário, não recebe aposentadoria.

Marcelo Rocha

PEC da bengala 2

Se você contribuiu conforme as regras estabelecidas, tem direito aos benefícios. Não se pode mudar o regulamento com o jogo em andamento. Se for para alterar, tem de ser para quem entrar a partir de agora. Caso contrário, o governo vai se endividar, pois as enxurradas de ações quebrarão a banca.

Alfredo Conceição

De olho no caso Pizzolato, AGU recorre à corte italiana para extraditar holandeses

O governo brasileiro recorreu à Corte de Apelação de Roma (Itália) para extraditar o holandês Ronald van Coolwijk, condenado pela Justiça Federal do Espírito Santo a 20 anos de prisão por tráfico de drogas. Com a justificativa de que o sistema prisional brasileiro não tem condições de garantir a integridade física do condenado, a corte rejeitou a extradição. O recurso deve ser julgado hoje. A Advocacia-Geral da União (AGU) argumenta em recurso que a rejeição da extradição não pode ser justificada apenas na "percepção generalizada" sobre as condições das cadeias brasileiras. Com base nos mesmos argumentos sobre as condições dos presídios brasileiros, a Justiça da Itália rejeitou, no ano passado, pedido para extraditar o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado no julgamento do mensalão. A Justiça italiana marcou para o dia 11 de fevereiro um novo julgamento sobre o pedido do Brasil para extraditar Pizzolato.

24 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

TSE aprova resolução que garante 'superbenefícios' para juízes

Talita Fernandes

Agência Estado

Brasília - Nos últimos dias de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou uma resolução que permite que cada um sete ministros titulares do Tribunal conte com um juiz auxiliar em seus gabinetes. A existência desses magistrados em si é uma prática comum nos tribunais superiores, a exemplo do que acontece no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Contudo, a resolução 23.418, publicada em 22 de dezembro no Diário de Justiça Eletrônico do TSE, inova ao permitir que os juízes que forem deslocados para a Corte eleitoral em Brasília possam manter o recebimento de auxílio-moradia no local de origem e acumular até 2,5 diárias semanais no local de destino.

De forma inédita, ao serem deslocados para Brasília, os juízes podem escolher entre o recebimento de auxílio-moradia ou diárias. No caso da primeira opção, o magistrado teria de abrir mão do benefício no local de origem. Já no segundo caso, é possível acumular ambos. Em nenhuma outra Corte superior os juízes auxiliares têm direito a fazer essa escolha e nem de receber diárias mensalmente, já que o benefício é pago apenas no caso de viagens, incluindo despesas com hospedagem, deslocamento e alimentação.

Pela peculiaridade, o pagamento de diárias chegou a ser questionado pela Secretaria de Gestão de Pessoas do órgão, que encaminhou sugestões de alteração no texto da resolução ao Secretário-Geral da Presidência do TSE, o juiz Carlos Vieira Von Adamek. Em minuta apresentada em 3 de dezembro de 2014 ao presidente da Corte, o ministro Dias Toffoli, Adamek afirmou que não havia necessidade de fazer alterações. "Se não forem criados mecanismos como forma de minorar esses prejuízos (segundo ele, provocados pelo deslocamento dos magistrados de seu tribunal de origem), em breve não mais se encontrarão juízes dispostos a assumir tais encargos", escreveu o juiz na minuta, que foi aprovada sem as alterações solicitadas pela secretaria.

Além das diárias, os magistrados que forem convidados a auxiliar os ministros do TSE terão seus salários iguais aos dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - hoje em R\$ 32 mil mensais, a exemplo do que acontece com os magistrados que vão para o STF e o STJ. No caso do TSE, a diferença é que o total a ser recebido, levando em conta as diárias, poderá chegar a R\$ 37.830,00. O valor ultrapassa o salário dos ministros da Suprema Corte, de R\$ 33.763,00 mensais, considerado o teto do Judiciário brasileiro.

Questionado, o TSE disse que a criação de cargos de juízes auxiliares "é comum, a exemplo do que acontece no STF". O Tribunal acrescentou ainda que, na gestão da ministra Ellen Greice, esse procedimento foi criado para "dar vazão aos processos acumulados". A Corte não soube informar qual o valor das diárias que serão pagas aos ministros, mas esclareceu que "os custos estão dentro do orçamento previsto para o Judiciário".

Embora o TSE não tenha informado à reportagem o valor das diárias pagas a juízes auxiliares, informação publicada no Diário Oficial de Justiça da Corte em 15/1/2015 mostra que um juiz recebeu uma diária de R\$ 583 para uma viagem nacional de um dia. Com base nesse valor apresentado, um juiz auxiliar poderia receber até R\$ 5,8 mil mensais em diárias, já que a resolução prevê a limitação de 2,5 diárias por semana, um total de dez por mês. Outra vantagem de receber a diária em vez do valor ser acrescido no salário é que, por ser considerada verba indenizatória, esse valor não é tributável.

CONTINUA

24 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Quantidade de passagens aéreas é questionada

Outro ponto questionado pela Secretaria da Corte diz respeito à quantidade de passagens aéreas que cada juiz auxiliar terá direito. Em seu parecer, o departamento questiona o fato de o benefício ser superior a concedido para magistrados do Supremo. Enquanto os juízes do STF têm direito a apenas uma passagem (de ida e volta) por mês, os auxiliares do TSE terão direito a duas (ida e volta), que poderão ainda ser acumuladas caso não sejam utilizadas no mês em que o benefício foi concedido. Em parecer enviado à presidência do TSE, Adamek também rebate o questionamento dizendo que “o Tribunal Superior Eleitoral, porque dotado de autonomia administrativa plena, pode regulamentar a matéria de forma diversa daquela atualmente em vigor no Pretório Excelso, quanto a essa particularidade”, escreve.

Até dezembro, apenas o presidente do TSE contava com magistrados em seu gabinete. Com a resolução, a presidência passará a ter direito a dois juízes e o Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral e cada um dos sete ministros, com um. Já o STJ limita em até sete juízes para a Corte, cujos serviços ficam a cargo da presidência. No caso STF, é permitido que cada

um de seus onze ministros conte com o auxílio de um magistrado, à exceção do presidente, que tem direito a dois. A presidência do CNJ, ocupada pelo presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, também tem direito a magistrados para auxiliarem o trabalho. Em todos os casos, os salários dos juízes são iguados ao dos ministros do STJ, de R\$ 32 mil mensais. (T.E)

24 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Verão sem paletó na Justiça

Liminar concedida pela conselheira Luiza Frischeisen, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dispensa até o fim deste verão o uso de paletó e gravata em audiências, sessões e em todas as dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1). A decisão, válida até 20 de março, atende a pedido da seccional regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), que pedia adaptação às condições climáticas durante o verão.

Justificativa

“Não usar paletó e gravata nas dependências dos tribunais, ainda que esse seja o traje tradicional para os homens, não fere o decoro, sendo certo que a liturgia dos atos das audiências e sessões está garantida pelo rito e não pelos trajes daqueles que participam da mesma, quando o terno e gravata são substituídos por outro traje social, ainda mais com as altas temperaturas registradas neste verão e, em especial, nas cidades do Estado do Rio de Janeiro”, afirmou a conselheira do CNJ.

Ex-prefeito de Campo Grande acusado de improbidade

O ex-prefeito de Campo Grande (MS) Nelson Trad Filho (PMDB-MS), 7 pessoas e a empresa Anfer Construções tornaram-se em réus em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal. Eles são acusados de participar de esquema de fraude, superfaturamento, pagamento indevido e autorização ilegal de uso do Aterro Sanitário Dom Barbosa II, na capital sul-mato-grossense. Segundo a decisão judicial, um relatório da Controladoria-Geral da União apontou fortes indícios de que, durante o processo de licitação destinado à contratação de empresa para implantação do aterro sanitário, “houve direcionamento/favorecimento da vencedora Anfer Construções e Comércio Ltda.”.

Superfaturamento

A CGU apurou também que houve superfaturamento de R\$ 114.474,23 nos itens pagos à empresa. A obra, iniciada em 2006, teve o custo total estimado em R\$ 4.926.771,24. Paralisada durante três anos e meio, ela foi inaugurada mesmo estando inacabada. Se forem condenados, todos estarão sujeitos as sanções estabelecidas na Lei da Improbidade Administrativa, que prevê ressarcimento integral do dano aos cofres públicos, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente.

Advogados teriam mandado matar cliente na RMC

Curitiba – Um casal de advogados é suspeito de mandar matar uma cliente para ficar com o dinheiro da herança. A dupla foi presa no último dia 14 pela Polícia Civil de Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), mas a notícia só foi divulgada esta semana. A assessoria de imprensa da Polícia Civil não divulgou os nomes dos envolvidos. Foi preso também um rapaz de 28 anos que teria ajudado no golpe, no valor de R\$ 5,4 milhões. Um quarto suspeito está sendo procurado.

Marisa Ester Navochale, 55 anos, foi morta a tiros em frente à sua residência em novembro. Dois inventários, pela morte do marido e do pai dela, estavam sendo feitos pelo casal de advogados. Eles teriam se apropriado de dois imóveis da vítima ao simular a venda para “laranjas”, por meio de uma procuração com poderes ilimitados. Depois que a vítima descobriu que estava sendo enganada, passou a ser ameaçada de morte e registrou oito boletins de ocorrência.

24 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Defesas de executivos adotam estratégias

similares

Além da mútua tese de pagamento de propina sob extorsão de ex-diretor da Petrobras, advogados contestam competência do juiz Sérgio Moro

Robens Chocire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Advogados dos executivos que permanecem presos na carceragem da Polícia Federal (PF), em Curitiba, e de parte dos funcionários das seis empreiteiras (OAS, Engevix, Mendes Jr., Camargo Corrêa, UTC Engenharia e Galvão Engenharia) já denunciados apresentaram suas defesas preliminares nos processos que envolvem seus clientes e que tramitam na Justiça Federal do Paraná. Eles precisam manifestar-se antes do início das primeiras oitivas, que estão marcadas para fevereiro.

Algo em comum a quase todas as petições é que os defensores apontam que os executivos foram, na realidade, "extorquidos" pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que "exigia" os recursos e, inclusive "ameaçava" os empresários. A tese de extorsão já havia sido levantada pelo advogado Marcelo Leonardo, que representa o vice-presidente da Mendes Jr., Sérgio

Cunha Mendes e que, em novembro do ano passado, informou que seu cliente afirmou, em depoimento prestado aos delegados da PF, que pagou propina aos operadores mediante ameaça.

"O que ele (Paulo Roberto Costa) fazia era ameaçar, um a um, aos empresários, com o poder econômico da Petrobras. Prometia causar prejuízos no curso de contratos. Dizia que levaria à falência quem contrastasse seu poder, sinônimo da simbiose do poder econômico da mega empresa com o poder político do governo", reforça um trecho da manifestação feita por Antonio Pitombo, defensor do vice-presidente da Engevix, Gerson de Mello Almada.

Os defensores também contestam de forma unânime a legalidade das prisões e afirmam que "não têm amplo direito de defesa por não saber o conteúdo de todos os documentos que integram o processo e tampouco os detalhes das delações premiadas da Lava Jato". Eles solicitam a absolvição de seus clientes, reclamam do compartilhamento de provas de

outros processos e dos grampos telefônicos utilizados pelos policiais e contestam as buscas e apreensões nos escritórios e residências dos executivos.

Os advogados ainda alegam que houve "manipulação de competência" por parte do juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato em primeira instância. "Não há um crime sequer de competência federal na denúncia do Ministério Público Federal (MPF). Fala-se de corrupção de funcionários da Petrobras, de lavagem de dinheiro de suposta propina e de organização criminosa, mas nada que seja de interesse da União" afirmou a defesa do presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro Filho.

As audiências de oitivas das testemunhas de acusação do MPF dentro dos processos referentes aos executivos começam a partir do dia 2 de fevereiro. Ao todo onze seguem na PF e dividem três celas de uma das alas da carceragem. Na manhã de ontem, o executivo da Mendes Jr., Sérgio Cunha Mendes passou por uma cirurgia para retirada de um cálculo renal. O Hospital Santa Cruz, em Curitiba, não divulgou boletim médico a pedido dos advogados do empresário, mas a expectativa é de que ele permaneça internado pelo menos durante o final de semana.

24 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juíza nega anulação da redação do Enem

Folhapress

Teresina - A Justiça Federal do Piauí negou o pedido do Ministério Público Federal para anular a prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014. A ação civil pública foi ajuizada pelo procurador da República no Piauí Kelston Pinheiro Lages, com a justificativa de que o inquérito da Polícia Federal constatou o vazamento da prova, mas não conseguiu apontar o número de candidatos beneficiados com a fraude.

Na decisão, a juíza Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes, da 5ª Vara Federal do Piauí, afirma que o suposto vazamento do tema da redação não foi fruto de um esquema pré-organizado para beneficiar candidatos. "Tratou-se, sim, de um vazamento desorganizado, fortuito, pontual e aleatório. Assim, pela sua dimensão e características, não teve o condão de comprometer o princípio mais caro ao Enem, que é a isonomia entre os candidatos", ressaltou.

No ano passado, 6,2 milhões de candidatos fizeram o exame, dos quais 529.374 tiraram nota zero na redação. Um estudante piauiense denunciou o vazamento à Polícia Federal. Ele disse que recebeu uma mensagem via WhatsApp

com o tema da redação uma hora antes do teste. Além do estudante do Piauí, mais três candidatos, do Ceará e da Paraíba, confirmaram o recebimento do tema antes da prova.

O procurador Kelston Lages informou que irá recorrer da decisão da juíza ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. Segundo ele, os argumentos da juíza Marina Cavalcanti são "frágeis". "São denúncias gravíssimas sobre o vazamento do Enem. Sei que ficam com medo do impacto financeiro da anulação da prova, mas existe o impacto moral, e está em xeque a lisura do exame. Respeito a decisão da juíza, mas seus argumentos são frágeis", disse.

Segundo o procurador, há provas de que um candidato de Timon, no Maranhão, foi a uma lan house, fez a cola e a levou para a sala de aula. "Esse vazamento não é pontual e mostra que houve desequilíbrio no processo do Enem." Lages ressaltou ainda que o Inep confirmou, em documento, que houve o rompimento do lacre da prova em três estados: Piauí, Paraíba e Ceará. Procurada, a assessoria do Inep disse que já recebeu a liminar da juíza do Piauí e segue normalmente o cronograma do exame.

24 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Filhas denunciam o pai por estupro em Foz

Duas adolescentes disseram que eram violentadas desde a infância; Estado teve outros dois casos de violência familiar de grande repercussão esta semana

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina - Três casos violentos de pais que agrediram os próprios filhos chamaram a atenção nesta semana no Paraná. A última ocorrência foi registrada em Foz do Iguaçu, no Oeste do Estado, quando Luiz de Jesus Nunes, de 52 anos, foi preso após as duas filhas adolescentes o denunciarem por estupro. A denúncia foi feita na quinta-feira e, minutos depois, Nunes foi detido em casa.

Segundo informações da Polícia Civil, as meninas têm 15 e 17 anos e eram violentadas desde os seis e sete anos, respectivamente. Em depoimento, elas revelaram que o pai costumava acariciar os órgãos genitais e, ao completarem 10 e 11 anos, elas foram forçadas a realizar o ato sexual. Sob ameaças de morte constantes, elas escondiam o sofrimento da mãe.

A filha mais velha casou-se aos 16 anos para deixar a residência dos pais. Conforme a Polícia Civil, as duas disseram que só agora conseguiram vencer o medo e revelar os fatos à mãe, de 33 anos, que também estava em esta-

do de choque. A mãe contou a polícia que trabalhava o dia todo e nunca havia desconfiado do companheiro.

Nunes não tinha passagens pela polícia e negou que tenha cometido qualquer tipo de violência sexual contra as meninas. A delegada auxiliar da 6ª Subdivisão Policial (SDP), Rita Camargos Lira, encaminhou o caso ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucria).

Na última quarta-feira, o pedreiro Emerson Carlos do Amaral, de 47 anos, se matou após atear fogo na ex-mulher, Luciana Massucato Vaz, de 31, e nos próprios filhos de 18 e de 15 anos em Cascavel, no Oeste do Estado. O adolescente Douglas Amaral teve 90% do corpo queimado e morreu um dia após o crime. Emerson Massucato do Amaral, de 18 anos, sofreu ferimentos leves e a mãe Luciana permanecia internada até a tarde de ontem no Hospital Nossa Senhora da Salete, em Cascavel. Ela teve 45% do corpo queimado e aguardava uma vaga no Centro de Tratamento de Queimados (CTQ) de Londrina ou de Curitiba.

Em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, um homem de 43 anos matou as duas filhas e se enforcou em seguida no último domingo. O autor do crime, Gilson Luiz Scholles, filmou a morte das meninas, uma em cada cômodo da casa, e se enforcou em um terceiro cômodo. O caso chocou a cidade. Inconformado com a separação, ele teria cometido o crime após a Justiça decretar uma medida protetiva para limitar o encontro dele com as filhas. (Com Equipe Bonde)

25 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

MPF quer desvendar novos tentáculos do Petrolão

Força-tarefa investiga extensa lista de operadores do esquema de desvio milionário de recursos da Petrobras

Rubens Chuelre Jr.

Reportagem Local

Curitiba- A dois meses de completar um ano, a Operação Lava Jato avançou significativamente nas investigações, mas conforme aponta a força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), ainda há muito trabalho a ser feito. Além de desvendar outros tentáculos ocultos dentro do esquema de desvios de recursos da Petrobras, os procuradores que estão à frente do caso verificaram uma extensa lista de operadores que, além dos quatro doleiros inicialmente investigados (Alberto Youssef, Carlos Habib Chater, Nelma Kodama e Raul Henrique Srour), também atuavam na engrenagem criminoso.

Identificando esses novos personagens, os procuradores esperam desestruturar muitos outros esquemas de lavagem dinheiro por meio de contratos de suposta prestação de serviços. Seria praticamente uma derivação da Lava Jato, apontam. Desta forma, a apuração atualmente basicamente restrita às irregularidades encontradas na estatal petrolífera, será ampliada para outras obras públicas do País.

"Acho que nada vai ser igual como era antes da Lava Jato"

"Como fizemos na época do Banestado, quando desestruturamos o mercado de dólar paralelo no País, desta vez vamos desestruturar os diversos esquemas de lavagem de dinheiro promovidos por meio de contratos de prestação de serviços. É um mercado amplo e varia conforme os prestadores que atuam para empresas específicas. Empresa de fachada é o que mais temos visto aqui na Lava Jato. O duro é descobrir todos, mas já temos bons indicativos neste sentido, de bastante gente. É praticamente uma derivação da Lava Jato", ressaltou o procurador da República, Carlos Fernando dos Santos Lima.

Em quase um ano de trabalho, o MPF também espera que, desmantelando essas redes de lavagem de dinheiro, além da punição dos responsáveis, consiga prevenir crimes futuros. "Toda investigação criminal sempre tem a pretensão de impedir que as pessoas façam isso novamente. Acho que nada vai ser igual como era antes da Lava Jato, não será perfeito, mas vai ser diferente", apontou.

BALANÇO

Oitenta e oito pessoas já se tornaram réus em processos da Lava Jato que tramitam na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, sendo que 11 já foram condenadas em duas das ações penais, entre eles os doleiros Nelma Kodama e Carlos Habib Chater. Dentro da operação também foram fechados 12 acordos, sendo 11 delações premiadas (Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa, Lucas Pacce Jr., Augusto Ribeiro de Mendonça, Júlio Gerin de Almeida Camargo, Pedro Barusco Filho, Rafael Ângulo Lopez, Ariana Azevedo Costa Bachmann, Humberto Sampaio de Mesquita, Shanni Azevedo Costa Bachmann e Márcio Lewkowicz); e um de leniência (que engloba seis empresas de Augusto Mendonça).

No início do próximo mês começam as audiências envolvendo os processos em que os executivos de grandes empreiteiras são réus. Primeiramente serão ouvidas as testemunhas de acusação convocadas pelo MPF.

CONTINUA

25 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Mas outras denúncias citando outras empresas e diretores da Petrobras devem ser apresentadas. A expectativa é de que nos próximos dias serão oferecidas ações cíveis de improbidade administrativa.

Em dezembro foram denunciadas seis empreiteiras (OAS, Camargo Corrêa, UTC, Mendes Jr., Galvão Engenharia e Engevix). Na época, o MPF informou que vai pedir o ressarcimento de R\$ 1,1 bilhão com as ações na Justiça Federal. Deste total, o órgão estima que as 36 pessoas denunciadas tenham movimentado pelo menos R\$ 286,4 milhões em pagamentos de propina. Este valor se refere aos desvios envolvendo exclusivamente a diretoria de Abastecimento da estatal, em que o diretor era Paulo Roberto Costa. Ou seja, esta quantia corresponde a 1% de um total que chega a quase 5% dos valores de contratos firmados entre as empreiteiras investigadas e a Petrobras, por meio do esquema de fraude em licitações. O restante teria sido movimentado por outros operadores e envolvem outras diretorias da estatal. Os recursos desviados, conforme os procuradores, eram distribuídos aos beneficiários

(agentes políticos e públicos e executivos) por meio de operadores financeiros do esquema, de 2004 a 2012, com pagamentos estendendo-se até 2014.

“Diria que fomos muito longe na investigação, mais longe do que as pessoas supunham, mas ainda tem muito trabalho para transformar tudo em denúncias. A princípio trabalhamos somente com os valores correspondentes a um 1% do total de propina paga dentro da estatal. Este valor era pago a Paulo Roberto Costa, na diretoria de Abastecimento, e envolve seis empreiteiras. Se olharmos o todo, é uma coisa muito pequena frente ao que vem por aí”, destacou.

FOLHA DE LONDRINA

Antes e depois da Lava Jato

Há 10 meses, quando foi deflagrada em um posto de gasolina, a Operação Lava Jato (aí está a inspiração para o seu nome) pode se transformar em importante agente de prevenção de crimes de lavagem de dinheiro no País. Iniciada em março de 2014, ela já conta com sete fases e investiga um grande esquema de desvio de recursos que envolve a Petrobras, empreiteiras e políticos. Conforme aponta a força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), o trabalho de investigação avançou significativamente, mas a população não deve se surpreender porque a Polícia Federal e os procuradores da República já começam a desvendar outros tentáculos ocultos dentro da Petrobras e verificaram uma extensa lista de operadores que, além dos quatro doleiros inicialmente investigados (Alberto Youssef, Carlos Habib Chater, Nelma Kodama e Raul Henrique Srouf), também atuavam na engrenagem criminosa.

Na reportagem de hoje, a FOLHA mostra que identificando esses novos personagens, os procuradores esperam desestruturar muitos outros esquemas de lavagem de dinheiro por meio de contratos de suposta prestação de serviços. Seria praticamente uma derivação da Lava Jato, porque a apuração inicialmente restrita às irregularidades encontradas na estatal petrolífera, será ampliada para outras obras públicas do País.

Em entrevista à FOLHA, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima lembra que como aconteceu no Caso Banestado, de 2002 a 2003, quando a Justiça Federal do Paraná conseguiu desestruturar o mercado de dólar paralelo no País, dessa vez deve cair diversos esquemas de lavagem de dinheiro promovidos por meio de contratos de prestação de serviços. Para quem não se lembra, a agência de Nova York do Banestado foi usada para receber remessas fraudulentas de dinheiro e o montante foi US\$ 30 bilhões.

Voltando a 2015, a Lava Jato deve se desdobrar em outras investigações e a população realmente espera por isso, pois desmantelando as redes de lavagem de dinheiro e punindo os responsáveis será possível prevenir crimes futuros. Como disse o procurador Santos Lima: "Nada vai ser igual como era antes da Lava Jato".

25 JAN 2015

Guarda Compartilhada: da exceção à regra

Em dezembro de 2014 foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff a nova lei que dispõe sobre a aplicabilidade imediata e obrigatória da guarda compartilhada aos filhos de pais que enfrentam processos judiciais de separação e/ou divórcio. Neste sentido, em caso de disputa entre os cônjuges quanto à guarda, se ambos estiverem aptos e em comum acordo a exercer o poder familiar, ou seja, se o propósito dos pais é a participação integral no desenvolvimento e na educação dos filhos, o juiz de imediato concederá a guarda compartilhada. Por outro lado, se um dos pais declarar que não deseja ou não tem condições de exercê-la por motivos diversos, o magistrado poderá conceder a guarda unilateral.

A opção de guarda compartilhada a casais que se separaram ou divorciaram foi definida em lei desde o ano de 2008. Certo é que vem sendo utilizada de maneira tímida em nossos tribunais, pois há uma falta de compreensão do seu real significado por parte dos pais que, na maioria das vezes, utilizam os filhos como forma de vingança um ao outro. Não se pode confundir guarda compartilhada com a convivência alternada, ou seja, o filho que

passa cada dia com um dos pais, pois esta prática é extremamente prejudicial ao desenvolvimento integral da criança.

O novo texto de lei da guarda compartilhada que alterou os artigos 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 do Código Civil, passa a ser regra, podendo somente ser descartada em casos excepcionais. O enunciado do artigo 1.584, § 2º, dispõe que: "Quando não houver acordo entre a mãe e pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor".

A nova lei tem por objetivo primordial dividir

de maneira equilibrada e não equitativa 50% e 50% do tempo de convivência do filho com os pais, os quais deverão decidir em conjunto, entre outras coisas, a escolha da escola, a melhor forma de educação, autorização para viagens, além de mudança de residência de um dos pais para outra cidade, o que, neste último caso, pode gerar um conflito de interesses. Acredita-se que, com esta nova lei, deverá aumentar a frequência dos encontros com o outro genitor que não tem a guarda, que na grande maioria nos casos de divórcio, o filho fica com a mãe.

Importante ressaltar que caberá sempre ao juiz, após o estudo de cada caso, realizado por uma equipe multidisciplinar composta de assistentes sociais e psicólogos, estabelecer o local de moradia dos filhos,

levando-se sempre em consideração aquele que atende o melhor aos interesses da criança.

Vale destacar que, caso um dos pais queira modificar o regime de guarda que foi estabelecido em processo judicial anterior a promulgação da nova lei, é plenamente possível e deve ser requerida via processo judicial, seja na forma consensual ou litigiosa. No que se refere ao valor da pensão alimentícia, este deverá ocorrer em com-

um acordo entre os pais, pois a criança passará períodos na residência de ambos e que o valor deverá ser conforme o poder aquisitivo de cada genitor.

Como toda alteração legal, conclui-se na prática que haverá ainda muitos debates e diversas posições divergentes, o que não se pode olvidar é que devem ser feitos com vistas as normas insculpidas na Constituição Federal e aos preceitos que dela decorrem, tanto no que se refere à guarda ou na sua forma de exercício em razão da prole.

EDILSON PANICHI é advogado especialista em direito de família em Londrina

66

*Importante ressaltar
que caberá sempre
ao juiz, após o
estudo de cada caso,
estabelecer o local de
moradia dos filhos*

24 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Liberdade de expressão

OSCAR VILHENA VIEIRA

Infelizmente, discussões
globais não parecem ter
gerado análise consistente
sobre a situação brasileira

O HEDIONDO atentado de Paris gerou uma onda de manifestações em defesa da liberdade de expressão, mas também de violentos protestos, como os da Chechênia e da Nigéria.

Os debates sobre os limites da liberdade de expressão também têm sido intensos. E não podia ser diferente. Afinal, ela tem sido essencial para a vida democrática, o progresso da ciência e a emancipação social.

Infelizmente, a discussão global não parece ter gerado análise mais consistente sobre a forma idiossincrática como a liberdade de expressão vem sendo tratada no Brasil.

Um primeiro problema tem sido o emprego abusivo de medidas judiciais para censurar os meios de comunicação na divulgação de informações sobre políticos e outras pessoas que exercem função pública. Decisões como a que proibiu o jornal "O Estado de S. Paulo" de divulgar informações sobre a família Sarney têm proliferado Brasil a fora, com enormes prejuízos para a cidadania.

Juízes também têm sido cada vez mais generosos em declarar sigilo em processos que possam vir a causar embaraço a réus ou partes, sendo que a Constituição é mais do que clara ao estabelecer que os processos são, por regra, públicos, devendo apenas excepcionalmente transcorrer em sigilo.

E o fato de um réu ser uma figura pública não pode ser utilizado como argumento, em si, para torná-lo imune ao escrutínio da imprensa.

Mas a culpa não é apenas dos juízes. Os legisladores também não to-

maram o devido cuidado ao redigirem o novo Código Civil, ao estabelecerem a necessidade de prévia anuência da pessoa ou de seus familiares para a divulgação de informação que lhes diga respeito, criando uma esdrúxula barreira às biografias, aos estudos historiográficos e mesmo às reportagens.

Da mesma maneira, os magistrados têm atendido, de forma indiscriminada, solicitações para que informações circulantes na rede de computadores sejam suprimidas.

Um primeiro desafio para nossos magistrados é estabelecer uma distinção mais clara entre a proteção devida à pessoa pública e aquela devida à pessoa privada.

Tanto políticos como celebridades, sejam elas artistas ou esportistas, que optaram por realizar seus projetos de vida de forma mais exposta, não podem reivindicar o mesmo grau de proteção à imagem que os anônimos. O mesmo seja dito daqueles que, embora protegidos corporativamente, beneficiam-se do poder público e de seus recursos.

Há ainda a questão dos discursos ofensivos, das mais variadas matizes. Embora não estejamos assistindo no Brasil à radicalidade dos confrontos vividos em outros países, a tensão religiosa tem aumentado e requer uma atenção especial.

O importante a ponderar, no entanto, especialmente num momento dramático como o que estamos vivendo, é que as limitações à liberdade de expressão tendem, no final do dia, a prejudicar os mais vulneráveis e a fortalecer os mais poderosos, seja na política, nas relações sociais e mesmo nas familiares.

Ainda que essas limitações tenham sido colocadas com o objetivo de proteger outros bens e interesses legítimos dentro de uma sociedade.

Várias dessas questões aguardam uma solução do Supremo. Não são questões fáceis. Mas a construção de padrões mais claros e seguros deve nos ajudar a enfrentar a borrasca.

24 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Penal medieval

Autoridades indonésias executaram o brasileiro Marco Archer Moreira, que enfrentou o pelotão de fuzilamento há uma semana. Outro compatriota, Rodrigo Gualarte, pode ter o mesmo destino, talvez no próximo mês.

Ambos levaram drogas para a Indonésia conhecendo a pena que a legislação local reserva para o crime de tráfico. Fizeram a pior aposta de suas vidas — e perderam.

Países sem dúvida têm o direito de elaborar suas leis, e quem as violar em determinada circunscrição estará sujeito às sanções cabíveis. Reconhecer a soberania de Jacarta, entretanto, não interdita discussões sobre as sentenças impostas por seu sistema judicial.

No plano moral, a pena de morte é um fóssil jurídico, uma prática que deveria ser abolida por qualquer país que se pretenda civilizado — e a história o mostra com clareza.

Como descreve Steven Pinker, da Antiguidade ao início da Idade Moderna, quase todas as nações aplicavam prodigamente a punição capital. Mais que isso, cuidavam para que o sofrimento do condenado fosse o maior possível, recorrendo a execuções tão cruéis como a queima na estaca e a crucificação.

Os delitos sujeitos a essa pena eram quase todos, incluindo caça ilegal, falsificação e derrubada não autorizada de árvores.

A partir do final do século 18,

as ideias humanistas começaram a ganhar corpo. França e Inglaterra, por exemplo, adotaram mecanismos com vistas a atenuar o sofrimento, como a guilhotina e a forca com patíbulo. Depois, a sanção capital passou a ser reservada apenas para crimes mais graves.

Após a Segunda Guerra, a abolição, ao menos na Europa, veio como uma avalanche. Hoje, naquele continente, apenas Belarus continua executando prisioneiros.

O principal motivo para rejeitar a punição capital é que ela simplesmente não funciona. Ainda que possa ter, em certas situações específicas, algum efeito dissuasório, ela jamais se revelou indispensável para controlar a criminalidade.

As nações com as menores taxas de homicídio e de outros delitos estão na Europa ocidental, onde a pena de morte deixou de ser aplicada há décadas.

Além disso, quando se consideram a possibilidade de erros judiciais e a irrevogabilidade de uma execução, o princípio da prudência exige que o Estado jamais penda para o irremediável.

O governo brasileiro fez bem em insistir no pedido de clemência; infelizmente descobriu que, em termos civilizacionais, a Indonésia estacionou na primeira metade do século 19 — e não faz nenhum esforço para agir como a democracia moderna que pretende ser.

FOLHA DE S. PAULO

Juiz Sergio Moro nega que prisões sirvam para forçar confissões

No despacho em que decretou a prisão preventiva do ex-diretor Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, o juiz federal responsável pela Lava Jato, Sergio Moro, negou que a reclusão prolongada dos réus tenha como objetivo obter confissões forçadas.

Caso a negociação da delação de Ricardo Pessoa, ex-presidente da UTC, seja confirmada, serão pelo menos nove delatores no caso.

Pessoa é um dos 14 presos da Lava Jato na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Todos eles, com exceção de Cerveró, já passaram ao menos dois meses reclusos.

Advogados dos réus já disseram que o objetivo de Moro com a prorrogação das prisões é a confissão forçada de crimes pelos encarcerados.

No documento sobre Cerveró, Moro julgou "oportuno" refutar "constante alegação efetuada por alguns defensores de outros acusados, por vezes com divulgação na imprensa, de que as prisões preventivas (...) visam obter confissões involuntárias e a renúncia do direito ao silêncio".

Para exemplificar seu argumento, o juiz lembra que o ex-gerente-executivo de Serviços da Petrobras Pedro Barusco não foi preso, mas voluntariamente buscou colaborar com informações à Justiça.

Moro cita ainda o fato de que o doleiro Alberto Youssef, que já teve sua delação homologada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), ainda está preso. "Assim, não há qualquer relação entre prisão cautelar e colaboração."

"Este Juízo está bem ciente do papel do Judiciário de resguardar os direitos fundamentais do acusado", disse.

"A prisão preventiva é excepcional diante da presunção de inocência, mas necessária no presente caso diante dos pressupostos e fundamentos legais cumpridamente expostos", escreveu o juiz federal. (GABRIELA TRENZI)

24 JAN 2015

MÔNICA BERGAMO

BRASIL X USA

A publicitária Flávia Harpaz obteve liminar no Superior Tribunal de Justiça para ficar no Brasil com a filha até que seja julgado o mérito do processo em que seu ex-marido, o brasileiro Maurício Sadicoff, exige o retorno da filha do casal aos EUA. A mãe faz campanha contra a determinação da Justiça americana de que a criança, nascida lá, retorne ao país. Ela saiu com autorização para passar férias.

24 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Caso de deputado do PP chega ao Supremo

A Justiça Federal do Paraná encaminhou ao Supremo Tribunal Federal trecho de investigação em que o deputado Nelson Meurer (PP-PR) é citado como beneficiário do esquema de corrupção e lavagem de dinheiro desbaratado na Operação Lava Jato. Ele é acusado pelo ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa em depoimentos à Polícia Federal.

A petição chegou ao STF no dia 13 de janeiro e foi encaminhada ao gabinete do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo. Como o caso tramita em segredo de justiça, os autos foram diretamente para o gabinete do ministro e só poderão ser abertos na volta do magistrado após o fim recesso judiciário, que acaba em janeiro.

O Supremo é a Corte responsável pelas investigações contra autoridades com foro privilegiado - caso dos deputados federais.

Segundo despacho do juiz Sérgio Moro, do dia 18 de dezembro de 2014, a Polícia Federal "encontrou lançamentos efetuados a título de 'Nelson' e 'Nelson Meurer'" nos anos de 2008 e 2009. Moro se refere a um laudo pericial feito a partir de provas capturadas em março de 2014, quando a Lava Jato foi deflagrada, e que foram concluídas em outubro do ano passado. "Trata-se novamente de encontro fortuito de provas, não estando o fato no prognóstico inicial da investigação", escreveu. Foram examinados registros eletrônicos de contabilidade do Posto da Torre, em Brasília - posto que batizou a Operação de Lava Jato.

Nas palavras de Moro, embora seja "prematura" uma conclusão a respeito do envolvimento de Meurer, os lançamentos podem ser referentes a pagamentos feitos pelo doleiro Carlos Habib Chater, a pedido do também doleiro Alberto Youssef, ao parlamentar. No despacho, o juiz aponta que no curso das investigações foram descobertas provas referentes a supostos crimes praticados por outros parlamentares como André Vargas (sem partido-PR), Fernando Collor (PTB-AL) e Luiz Argôlo (SD-BA), todos remetidos ao STF.

Procurado, o parlamentar negou que tenha sido beneficiado pelo esquema de corrupção. "Primeiro que eu não sei se existe esse posto em Brasília. Nunca recebi recurso nenhum, a não ser oficial que está registrado na minha prestação de contas em 2010. Nem conheço e nem sei quem é esse cara do posto da Lava Jato", respondeu. /
FAUSTO MACEDO, BEATRIZ BULLA e TALITA FERNANDES

SÔNIA RACY

Mapeamento

Mais de 50% das vítimas de tráfico de pessoas ou trabalho análogo à escravidão em São Paulo são bolivianas e 7%, haitianas, nos casos encaminhados pelo Ministério Público Federal.

Brasileiros? Cerca de 38%. O levantamento é da Secretaria Estadual da Justiça.

25 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça autoriza advogada a ter 'morte digna'

Decisão de 2013 faz com que mulher não seja obrigada a passar por tratamento desnecessário, caso venha a desenvolver uma doença irreversível

Fabiana Cambricollí

Em decisão inédita, a Justiça brasileira autorizou uma advogada a ter "morte digna", o que, nesse caso, significa não ter de passar por tratamento desnecessário caso desenvolva, no futuro, doença irreversível que comprometa a capacidade física e a consciência.

É a ortotanásia, quando se permite que a morte ocorra de forma natural, nos casos em que nada mais pode ser feito para salvar o paciente. Nesse caso, recusa-se, por exemplo, aparelhos que mantenham a pessoa viva de maneira artificial.

A ação judicial foi movida pela advogada Rosana Chiavassa, de 54 anos, e avaliada pelo juiz Alexandre Coelho, na época titular da 2.^a Vara Cível do Fórum João Mendes, em São Paulo. A sentença foi dada em junho de 2013, mas somente agora a advogada quis divulgar o caso.

A manifestação da vontade prévia de não prolongar a vida em casos irreversíveis já é feita em testamentos vitais, documento registrado em cartório em que se pode deixar claro por quais tipos de procedimentos o paciente aceita passar. É a primeira vez que tal desejo prévio tem chancela da Justiça.

Em entrevista exclusiva ao **Estado**, Rosana explica que preferiu fazer o trâmite em juízo para ter maior garantia de que sua vontade seja cumprida. "O testamento vital pode ser questionado pela família. Podem alegar que a pessoa tenha registrado o documento já em um momento de insanidade ou em um surto de desespero pela descoberta de uma doença, por exemplo. Quis entrar na Justiça para provar que estou completamente saudável e tenho consciência da minha decisão."

O juiz que cuidou do caso afirma que acolheu o pedido da advogada levando em consideração a preocupação de Rosana de que a vontade apenas expressa no testamento vital poderia ser desconsiderada. "Há uma dificuldade de se agir racionalmente com relação a parentes que se encontram em estados terminais. As pessoas, por medo, amor ou ignorância, acabam não tomando decisões que seriam razoáveis e desrespeitando a vontade do paciente. Um testamento vital, embora previsto em resolução do Conselho Federal de Medicina, não tem previsão na lei brasileira. Feito o testamento vital, com quem ele ficaria? Na mão da pessoa mais próxima, a mesma que neste momento da morte estará insegura. A Rosana queria dar à sua manifestação de vontade uma força maior, uma chancela judicial para que ninguém pudesse questionar."

Na decisão, o juiz esclarece que o pedido, acatado pela Justiça, afasta qualquer ideia de eutanásia, proibida no Brasil, uma vez que "não se pretende a morte, obtida mediante intervenção humana, mas sim a vida, com toda a sua dignidade, evitando-se apenas a positividade de procedimentos médico-hospitalares que sabidamente nenhum resultado obterão quanto à recuperação da saúde e reversão do quadro mórbido".

Razões. Advogada especializada em direito à saúde, Rosana afirma que decidiu ingressar com ação para garantir o direito à ortotanásia após anos de trabalho lidando em seu escritório com casos de doenças incuráveis. "Atendo muitas famílias com um parente em processo neurológico irreversível, acamado, em estado vegetativo, que ainda precisam entrar na

Justiça contra planos de saúde para conseguir um home care, que enfrentam problemas de assistência médico-hospitalar. A vivência com a realidade dos meus clientes, seja ela emocional, financeira, pessoal, me fez imaginar como seria se eu estivesse naquela situação. Ninguém quer ser um ônus para os seus familiares", diz ela, mãe de três filhos, de 24, 25 e 26 anos, que já foram comunicados sobre a decisão da mãe.

Para garantir que sua vontade seja respeitada, a advogada elencou na ação seis médicos que a acompanham e deverão ser consultados para que se determine se o quadro é irreversível e quais procedimentos podem ser dispensados.

Rosana diz que, embora não possa ter absoluta certeza de que, caso desenvolva uma doença irreversível, sua vontade seja respeitada, ela fez a sua parte. "As vezes a família escolhe manter essa situação, mas acho um egoísmo atroz não se pensar a respeito. O debate tem de acontecer na sociedade."

PARA ENTENDER

A ortotanásia e o respeito à vontade prévia do paciente estão previstos em duas resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM), de 2006 e 2012, respectivamente. De acordo com as normas, o paciente nem sequer precisa de decisão judicial ou documento registrado em cartório. "Basta que manifeste sua vontade e ela fique registrada no prontuário, de preferência com uma testemunha, para que o médico possa cumprir sua vontade", explica Elcio Luiz Bonamigo, membro da Câmara Técnica de Bioética do CFM.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Testamentos vitais crescem 2.000%

25 JAN 2015

A preocupação com os procedimentos médicos a serem realizados no fim da vida ou em situações de estado terminal fez crescer a procura por testamentos vitais no Brasil. Entre 2009 e 2014, o número de documentos do tipo registrados em cartório cresceu 2.000%, segundo levantamento feito pelo Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB-SP) a pedido do Estado. A regional é responsável por levantar as estatísticas de todo o País. Segundo o balanço, em 2009 foram registrados apenas 26 testamentos vitais. No ano passado, passou para 542.

O aumento expressivo de testamentos vitais no País se deu a partir de 2012, quando o Conselho Federal de Medicina (CFM) elaborou a resolução 1.995, que orienta o médico a respeitar as chamadas diretivas antecipadas de vontade do paciente, ou seja, seguir os desejos referentes a cuidados e tratamentos expressados previamente.

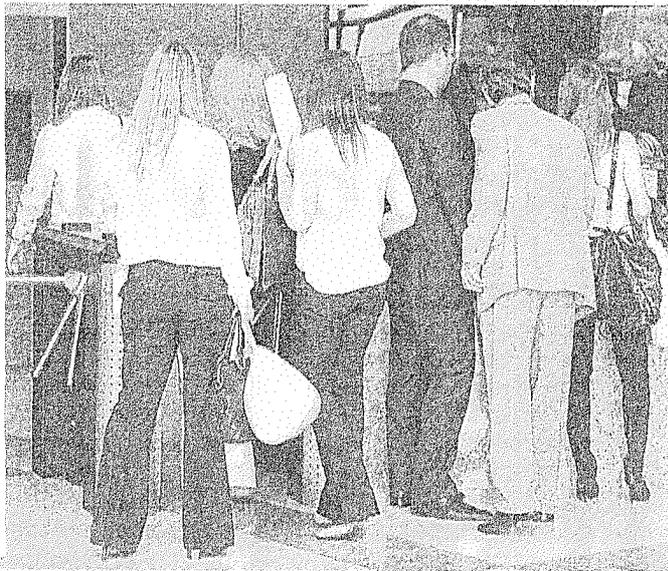
Em 2011, um ano antes da norma ter sido criada, 68 testamentos vitais foram registrados nos cartórios do País. Em 2012, o número subiu para 167, mesmo a resolução tendo sido editada apenas em agosto. Em 2013, primeiro ano completo de resolução em vigor, foram 477. O Estado de São Paulo é o que registrou o maior número de documentos do tipo no ano passado: 374. Em seguida, aparecem Mato Grosso (86) e Rio Grande do Sul (53).

De acordo com Andrey Guimarães Duarte, diretor do CNB-SP, o aumento da expectativa de vida no Brasil e, conseqüentemente, da ocorrência de doenças incapacitantes e neurodegenerativas, além do maior acesso à informação, são as principais razões para o aumento do interesse por testamentos vitais. “São cada vez mais comuns casos de Alzheimer, Parkinson ou outros problemas associados à velhice que deixam a pessoa incapacitada de manifestar sua vontade”, diz ele. /F.C.

25 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO A PORTA DE CADEIA MAIS CONCORRIDA

Entorno da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba se transforma após Lava Jato, que levou para a prisão os maiores empreiteiros do País



Movimentação. Parentes de detentos na porta da PF

Alexa Salomão

ENVIADA ESPECIAL / CURITIBA

O prédio com fachada envidraçada da Polícia Federal no Paraná fica em um sossegado bairro residencial de Curitiba. Por questões de segurança, não há estabelecimentos comerciais no entorno. O silêncio é tal que alguns funcionários da PF lutam contra o sono depois do almoço.

A Operação Lava Jato transformou o lugar. Lá também fica a carceragem onde estão presos 11 executivos de empreiteiras, ex-diretor da estatal, doleiros e lobista acusados de participar do esquema de corrupção da Petrobrás. Dia sim, dia não, as equipes de reportagem ocupam a porta. O entra e sai de advogados virou rotina. Vizinhos com mais tempo para acompanhar o movimento no local já sabem até identificar que este ou aquele grupo de engratados atende este ou aquele preso.

A polícia não divulga detalhes sobre o trânsito dos presos ou de seus familiares. Assim, o que não faltam são histórias e boatos sobre gente que vai chegar, sair ou passar por lá. A imprensa já fez campanha à espera da ex-amante do doleiro Alberto Youssef – aquela que está na revista *Playboy* deste mês. Também aguardou por horas a visita da filha do ex-diretor da área Internacional da Petrobrás Nestor Cerveró – aquela filha para quem ele transferiu parte dos bens. Se qualquer uma delas de fato apareceu, ninguém viu.

O ambulante que vende água e salgadinhos no entorno garante que a esposa de Youssef é uma “querida”. Ele conta, para quem quiser ouvir, que a senhora chegou com dois carros, quatro seguranças e marmitas com salmão, frango defumado e bombons franceses. A própria teria lhe informado o cardápio

quando comprou uma garrafinha de água mineral. Segundo os jornalistas que marcam ponto no local, se a mulher de Youssef passou por lá, ninguém identificou.

Cantoria. Quando alguém é preso ou libertado, o local fica especialmente tomado por fotógrafos e cinegrafistas em busca de uma imagem exclusiva. Eles não arredam o pé até quando um preso simplesmente vai depor dentro do prédio e, no máximo, é transferido de uma sala a outra em alguma área inacessível. A vigília é para o caso de algum advogado passar pela entrada e dar uma declaração bombástica. No dia 15 de janeiro, quando Cerveró prestou depoimento, o show na porta ficou por conta do cantor Marcos Moura. De posse de sua viola, ele apresentou o pagode da Lava Jato, de sua autoria: “A Operação Lava Jato fechou a gincana. Ninguém mais engana”, entoava.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 JAN 2015

As quartas-feiras, dia da semana reservado a visita, são capítulos à parte. Os familiares de presos da Lava Jato se misturam aos dos demais detentos – ou quase isso. Poucos são como a mulher do empreiteiro Ricardo Pessoa, presidente da UTC, que entra na fila para pegar a senha da visita. Sim, quem chega recebe uma senha e precisa esperar a vez para entrar na área da carceragem e ver o preso, geralmente atrás de um vidro, como nos filmes americanos. Na maioria dos casos, os advogados das empreiteiras recolhem os documentos e entram na fila no lugar dos clientes que, em vez de aguardarem no saguão da entrada, preferem se sentar nas cadeiras ao fundo da sala em anexo, à direita da entrada, na área reservada aos que vão tirar o passaporte. Mesmo assim, não passam despercebidos. O cabelo bem tratado, as roupas de marca, os óculos escuros no ambiente fechado contrastam com o jeito comum dos demais.

Nas visitas é possível levar produtos adicionais para os presos. Na quarta-feira passada, um advogado da OAS se encarregou da guarda de uma imensa sacola com produtos de limpeza, especialmente desinfetantes para vaso sanitário. Os familiares do lobista Fernando Soares, mais conhecido como Fernando Baiano, carregavam estoques de água mineral.

Nesse palco de eventos e personagens tão diversos, há ao menos um consenso: todos elogiam a cordialidade da PF do Paraná. As portas ficam sempre abertas. É possível sentar e esperar sob o ar-condicionado, um alívio nos últimos dias, quando as temperaturas passaram de 30 graus. Em momentos mais tumultuados, a PF chega a oferecer cafezinho aos presentes. Um tratamento diferenciado. Em muitas outras partes do País, o visitante fica sob o sol e a chuva, do lado de fora da porta.

25 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Polícia do Rio mata 582 no ano, 39,9% mais que em 2013

Quase 5 mil pessoas (4.939) foram assassinadas no Estado em 2014. Foram 13,5 homicídios dolosos por dia

Luciana Nunes Leal / RIO

O número de pessoas mortas pela polícia no Estado do Rio cresceu 39,9% entre 2013 e 2014, apontam dados oficiais divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Foram 166 mortes a mais.

Registrados como "homicídios decorrentes de intervenção policial", houve 582 casos em 2014 no Estado e 416 em 2013. Dezesesseis policiais militares morreram em serviço no ano passado, mesmo número de 2013. Em 2014, não houve registro de policiais civis mortos durante o trabalho. Em 2013, foram quatro.

Quase 5 mil pessoas (4.939) foram assassinadas no Rio de Janeiro em 2014. Foram 13,5 homicídios dolosos (com intenção de matar) por dia – um aumento de 194 assassinatos (4%) em comparação com os 4.745 de 2013. Os casos de latrocínio (roubo seguido de mor-

te) chegaram a 153 no ano passado – um a cada dois dias e meio. Em 2013, foram 148.

O aumento do número de assassinatos foi menor do que o registrado entre 2012 e 2013, período em que os casos de homicídios cresceram 16,3%. O ano de 2013 interrompeu a queda do número de pessoas assassinadas registrada em 2010, 2011 e 2012. No caso das pessoas mortas por policiais, o número vinha caindo desde 2008, ficou praticamente o mesmo em 2013 (três casos a menos que em 2012) e teve grande aumento no ano passado.

Os roubos a transeuntes cresceram 32,9% em um ano e chegaram a 80.558 registros em 2014, 19.940 a mais que os 60.618 do ano anterior. Houve grande aumento de roubos de telefone celular, que cresceram 42,2%. Foram 7.772 casos em 2013.

Roubos. De dez tipos de roubos listados nas estatísticas oficiais, três diminuíram: a residência (menos 12,5%), de caixa eletrônico (menos 12%) e casos em que a vítima é obrigada a sacar dinheiro do banco (menos 21,2%). A Secretaria de Segurança não comentou os resultados.

SANTA CATARINA

PM que matou surfista em briga continua preso

A Justiça de Palhoça, em Santa Catarina, decidiu converter em prisão preventiva a prisão em flagrante do policial militar Luis Paulo Mota Brentano, acusado de matar o surfista Ricardo dos Santos, o Ricardinho. O PM assassinou o atleta com dois tiros, um nas costas, após uma discussão no dia 15.

Justiça suspende leilão para extrair gás de xisto

A Justiça Federal de São Paulo determinou sexta-feira a suspensão do leilão de cinco blocos exploratórios na Bacia do Paraná com potencial para extração de gás de xisto, arrematados na 12ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O motivo é que a exploração de gás de xisto trouxe risco de dano ambiental.

24 JAN 2015

IMPACTO PARANÁ

ASSEMBLEIA PODERÁ TER UM "PRESIDENTE CAIXA 2"

Um processo na Justiça Eleitoral, por causa de contas mal prestadas na última campanha, complica a vida do deputado Ademar Traiano, candidato considerado já vitorioso por reunir nos bastidores a maioria dos deputados que assumirão e vão votar para tal escolha.

Sucedendo Valdir Rossoni, de quem foi fiel discípulo nos últimos anos, o parlamentar enfrentou no final de 2014 mais uma situação constrangedora na qual saiu derrotado.

Ademar Traiano tentou calar o bloguista Silvio Sebastiani, buscando inclusive, através liminar, suspensão imediata do blog em questão, alegando calúnia e difamação com revelações que já eram públicas e lembraram nomeações de oito parentes em seu gabinete e na Assembleia Legislativa, além de ter favorecido o empresário Edson Casagrande e seus familiares com, digamos, "uma boquinha",

Não conseguindo seu objetivo o parlamentar teve que curvar-se a decisão judicial que não pretende impedir o direito de expressão do bloguista, ainda mais que revelou documentalmente uma situação escandalosa.



Prestes a ser eleito Presidente da Assembleia Legislativa, onde uns e outros imaginam que possam continuar com aquele esquema de cheque sem fundo que viraram verdadeira tapeação da Assembleia na devolução ao governo paranaense por conta de um passeio de dinheiro do próprio governo, Ademar Traiano que está sendo considerado desde já como "Presidente Caixa 2", vai ter que rebolar para evitar que essa imagem negativa carimbe o início de uma nova legislatura.

24 JAN 2015

IMPACTO PARANÁ

A MORTE DE BIBINHO SERIA A SOLUÇÃO PARA MUITA GENTE

Com 75 anos, em estado de saúde cada vez mais debilitado, Abib Miguel, o Bibinho, continua comendo o pão que o diabo amassou, como se diz na gíria popular.

Enquanto muita gente desfruta de liberdade plena e negócios em pleno andamento, o ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná cumpre desde já uma sentença sem julgamento geral mas escorraçado por uma sociedade que influenciada diretamente como o único condenado de um processo que tem muita gente claramente envolvida mas que desfruta de uma liberdade ampla, total e irrestrita.

Preso mais uma vez desde o final do ano passado, buscando com alternativas de idas e vindas da cela a uma unidade de saúde prisional, Abib Miguel procura se manter vivo, surpreendendo pela decisão de ainda viver, além dos atuais 75 anos que completa em Maio, até o momento em que verá resgatada parte de sua imagem e patrimônio que construiu ao longo de uma vida que já o identificava como homem rico antes mes-



mo de começar a sua atuação na Assembleia.

Supportando todas as pressões possíveis e impossíveis, Abib Miguel guarda silêncio não aceitando, em hipótese alguma, delação premiada que possa comprometer companheiros e revelar muitos culpados que esperam sua morte para finalmente se aliviarem desta espada sobre suas cabeças.

De Hermas Brandão a Valdir Rossoni, dois dentre outros que fi-

caram livres de uma punição arcada por Abib Miguel, e que atingiu também os deputados Alexandre Khoury e Nelson Justus, muita gente tem preocupação de que algum dia tudo possa vir realmente a tona mostrando a verdade que comprometeria outras imagens e patrimônios.

Todos os que de alguma maneira, comprometidos com a história de vida de Abib Miguel, aguardam sua morte como única solução capaz de aliviá-los definitivamente de a qualquer momento serem chamados a se explicar perante Justiça dividindo este pesado ônus que uma única pessoa vem arcando sozinha.

Afinal, a quem interessa hoje a morte de Abib Miguel, o Bibinho, antes de qualquer revelação de sua parte a respeito dos verdadeiros "diários secretos"?

Enquanto essa situação permanece sem resposta, por enquanto, uma família inteira paga o pesado preço de ver um integrante disposto a não servir como delator premiado mesmo que isso lhe custe a própria vida.

26 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Deputado do Paraná teria recebido R\$ 159 mil de doleiro



O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelo processo da Operação Lava Jato em primeira instância, enviou para o Supremo Tribunal Federal (STF) documentos obtidos pela Polícia Federal que apontam supostos pagamentos efetuados pelo doleiro Carlos Habib Chater, a pedido do doleiro Alberto Youssef, ao deputado federal Nelson Meurer (PP-PR) – Youssef é apontado pela PF como chefe do esquema de lavagem de dinheiro e desvio de recursos da Petrobras investigado pela operação.

Por ser deputado federal, Meurer tem foro privilegiado e só pode ser investigado, julgado e condenado pelo STF. O parlamentar negou o recebimento de dinheiro.

Laudo pericial feito pela PF em arquivos eletrônicos usados para contabilidade informal do Posto da Torre, um posto de gasolina em Brasília, mostra transferências feitas por Chater para uma pessoa identificada como “Nelson” e “Nelson Meurer”. Os lançamentos foram feitos entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 e totalizam R\$ 159 mil. ●

NOTA POLITICA

Com boa saúde

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações e ações penais decorrentes da Operação Lava Jato, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) documento no qual informa que o vice-presidente da construtora Camargo Corrêa, Eduardo Hermelino Leite, preso desde novembro em Curitiba, “estaria atualmente em boas condições de saúde”.